



Governo do Distrito Federal

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DO GOVERNADOR - 2015 - ANEXO IV

15.9. SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA – SLU – UO: 22.214

O Serviço de Limpeza Urbana - SLU, criado pelo Decreto nº 76, de 03 de agosto de 1961, transformado em entidade autárquica do Distrito Federal nos termos da Lei nº 660, de 27 de janeiro de 1994, é vinculado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos - SINESP, por força do Decreto nº 36.236, de 1 de janeiro de 2015, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do DF.

Na gestão e no gerenciamento de resíduos sólidos, respeitados os princípios constitucionais que regem a administração pública, o SLU deve observar a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

O SLU tem por finalidade a gestão da limpeza urbana e o manejo dos resíduos sólidos de que tratam as Leis Federais nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; e Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos suas alterações e seus regulamentos, no Distrito Federal e nos municípios com os quais o Governo do Distrito Federal mantenha, para o mesmo fim, contratos e termos correlatos, compreendendo a gestão das atividades relacionadas a:

I. Coleta, transporte, triagem, transbordo, tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos domiciliares e dos provenientes de sistema de coleta seletiva;

II. Varrição e limpeza de logradouros e de vias públicas, incluídas as atividades de remoção e transporte dos resíduos sólidos produzidos;

III. Coleta e remoção de resíduos sólidos urbanos, de resíduos volumosos da construção civil e de eletrônicos e correlatos entregues nas áreas sob sua competência e os lançados em vias e logradouros públicos;

IV. Operação e manutenção de usinas e instalações destinadas à triagem e compostagem, incluindo transporte, tratamento e destinação final dos rejeitos;

V. Demais atividades relacionadas ao cumprimento das diretrizes de que tratam os dispositivos relacionados aos resíduos sólidos constantes da legislação vigente.

Conforme a Lei Distrital nº 5.418, de 24 de novembro de 2014, que dispõe sobre a Política Distrital de Resíduos Sólidos, e de acordo com o artigo 2º da Lei nº 5.275, de 27 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal e dá outras providências, compete ao SLU:

I. Promover a gestão e a operação da limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos urbanos no Distrito Federal;

II. Exercer, em caráter privativo, a gestão do planejamento e da execução das atividades públicas de interesse comum relacionada aos resíduos sólidos no Distrito Federal;

III. Organizar e prestar, direta ou indiretamente, os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no Distrito Federal, podendo tais atividades serem executadas mediante contrato de gestão ou concessão de serviço público;

IV. Implementar e executar as políticas e diretrizes nacionais e distritais dos resíduos sólidos urbanos no Distrito Federal;

V. Supervisionar, controlar e fiscalizar a execução dos serviços de limpeza urbana do Distrito Federal;

VI. Supervisionar, controlar e fiscalizar a destinação final sanitária do lixo coletado;

VII. Cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de resíduos sólidos relacionadas com suas atribuições;

VIII. Praticar atos relativos a licitações, contratos e convênios relativos ao desenvolvimento de suas atividades;

IX. Estabelecer, em conjunto com os órgãos reguladores, fiscalizadores e ambientais do Distrito Federal, as respectivas diretrizes para a fiscalização ostensiva da disposição dos resíduos sólidos urbanos;

X. Promover e participar de projetos e programas de orientação e educação ambiental de acordo com as diretrizes nacionais e distritais;

XI. Elaborar e executar atos relativos à sua proposta orçamentária e financeira para a execução de suas atividades;

XII. Adquirir, alienar, arrendar, alugar e administrar seus bens e direitos;

XIII. Desempenhar outras atividades relacionadas à política de resíduos sólidos do Distrito Federal.

Entre os serviços prestados, podemos destacar: coleta de resíduos sólidos urbanos de origem domiciliar e comercial, coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis, coleta e transporte manual e mecanizado de entulhos, varrição manual e mecanizada de vias, lavagem de vias, lavagem de monumentos e equipamentos públicos, pintura de meio-fio, catação manual de papéis e plásticos em áreas verdes, transbordo e transferência de rejeitos, prestação de serviços diversos de limpeza, operação de usinas de tratamento de resíduos, coleta de animais mortos em vias públicas e destinação final. Além das atividades descritas, o SLU realiza a compostagem de resíduos orgânicos, comercializa ou faz a doação do composto orgânico, e realiza a educação ambiental, conscientização e sensibilização para o manejo de resíduos sólidos.

Força de Trabalho

Servidores		Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
		Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)		28	101	38	1.432	1.599
Comissionados (Sem vínculo efetivo)		27	-	1	-	28
Requisitados	Órgãos do GDF	9	-	-	-	9
	Órgãos Estaduais	-	-	1	-	1
	Órgãos do Governo Federal	2	-	-	-	2
Outros	Junta de Controle	-	-	-	-	-
	Estagiários	-	38	-	-	38
	Terceirizados (ICEP)	-	43	-	-	43
Subtotal (Força de Trabalho)		66	182	40	1.432	1.720
(-) Cedidos para outros órgãos		-	-	-	893	893
Total Geral		66	182	40	539	827

Obs.: Posição em 31/12/2015.

O quadro abaixo mostra a série histórica do quantitativo de servidores e da força de trabalho do SLU. Com relação aos dados de dezembro de 2014 e dezembro de 2015, o SLU apresentou acréscimo no seu quadro de funcionários de 12,21%

Tabela 2: Série histórica da força de trabalho

Ano	Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
2008	78	1.242	88	1.100	2.508
2009	88	1.193	87	1.062	2.430
2010	134	861	114	1.151	2.260
2011	86	825	66	1.170	2.147
2012	93	779	83	1.084	2.039
2013	78	445	93	897	1.513
2014	89	499	53	96	737
2015	66	182	40	539	827

A Lei 5.276, de 24 de dezembro de 2013, extinguiu a carreira Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos a partir de 1º de janeiro de 2014, passando os servidores do SLU/DF a integrar, a partir de 01/01/2014, a carreira “Políticas Públicas e Gestão Governamental do DF”. Desta forma, houve maior flexibilidade na transferência de servidores de apoio e administrativos do SLU para outros órgãos. Nesse processo, a Autarquia cedeu servidores para outros Órgãos do Governo do Distrito Federal, possibilitando a diminuição da carência de pessoal nestes órgãos. Para recompor os quadros do SLU com servidores qualificados, principalmente nas áreas de tecnologia e engenharia, foi solicitada a contratação por meio de concurso público.

Com a publicação do Decreto 36.308, de 26/01/2015, determinando o retorno dos servidores do SLU à carreira Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos de que trata a Lei nº 4.492/10, em cumprimento à ADIN nº 2014.00.2.004230-4, que julgou inconstitucional o texto integral da Lei 5.276/2013, vários servidores permaneceram cedidos aos diferentes órgãos da administração pública, principalmente ao DETRAN – DF.

Para os servidores lotados no SLU, houve um grande esforço no sentido de incentivar a capacitação constante do corpo técnico em temas relacionados à gestão, operação e controle dos serviços, além das tecnologias e das rotas tecnológicas para o tratamento e a disposição final dos resíduos sólidos urbanos. No ano 2015, foram ministrados 23 palestras e cursos na Oficina do SLU – “Vem Saber”.

Com o apoio da ASSEMAE, foi realizado o Planejamento Estratégico Situacional do SLU visando identificar e priorizar os problemas, assim como elaborar a estratégia para o seu enfrentamento.

1. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA TEMÁTICO

PROGRAMA TEMÁTICO: 6212 – RESÍDUOS SÓLIDOS

OBJETIVO GERAL: Implementar gestão integrada dos resíduos gerados pela população conforme preconiza o Plano Diretor de Resíduos Sólidos do Distrito Federal, orientando o desenvolvimento do sistema de limpeza pública e estabelecendo diretrizes para o desenvolvimento sustentável.

Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO
1732 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE TRANSBORDO	0	0	0	0
1733 - RECUPERAÇÃO DAS USINAS DE TRATAMENTO	0	0	0	0
2079 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA	0	352.686.697	352.567.452	337.188.965
6118 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA--DISTRITO FEDERAL	0	352.686.697	352.567.452	337.188.965
3001 - ENCERRAMENTO E RECUPERAÇÃO DO ATERRO DO JÓQUEI	0	0	0	0
3002 - IMPLANTAÇÃO DE ECOPONTOS	0	1.900.000	0	0
3004 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	0	2.521.504	1.983.747	1.678.655
0003 - CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS--DISTRITO FEDERAL	0	2.521.504	1.983.747	1.678.655
3099 - CONSTRUÇÃO DE ÁREAS DE TRANSBORDO E TRIAGEM - ATT'S	0	281.213	281.213	0
5332 - CONSTRUÇÃO DE ÁREAS DE TRANSBORDO E TRIAGEM - ATT'S--DISTRITO FEDERAL	0	281.213	281.213	0
3101 - CONSTRUÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO	0	1.090.639	1.090.639	240.735
0003 - CONSTRUÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO-- SAMAMBAIA	0	1.090.639	1.090.639	240.735
3111 - RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DA ÁREA DA USINA DE INCINERAÇÃO DE LIXO ESPECIAL - UILE	0	0	0	0
4110 - EXPANSÃO DA COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS	0	7.579.503	7.579.503	7.579.503
2257 - EXPANSÃO DA COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS--DISTRITO FEDERAL	0	7.579.503	7.579.503	7.579.503
TOTAL DO PROGRAMA 6212	0	366.059.555	363.502.554	346.687.858

Objetivo Específico: 001 – Implementar gestão integrada dos resíduos gerados pela população conforme preconiza o Plano Diretor de Resíduos Sólidos do Distrito Federal, orientando o desenvolvimento do sistema de limpeza pública e estabelecendo diretrizes para o desenvolvimento sustentável.

Indicadores

Denominação do indicador	Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
						2012	2013	2014	2015	
783 Índice de tratamento de resíduos domiciliares e comerciais	%	13,2	28/02/2011	Anual	Desejado	14	16	18	20	SLU
					Alcançado	18,53	22,84	8,53	6,71	
784 Índice de redução de aterramento de resíduos domiciliares	%	4	28/02/2011	Anual	Desejado	96	6	8	10	SLU
					Alcançado	0,78	2,92	3,33	2,90	
786 Índice de participação da coleta seletiva em relação à coleta normal	%	1,9	28/02/2011	Anual	Desejado	4	6	8	10	SLU
					Alcançado	1,60	1,6	5,75	6,82	

A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão abriu período para avaliação do PPA, quando os indicadores 783 e 786 foram ajustados em face de questionamentos da Secretaria de Transparência e Controle e de novas perspectivas definidas pelo corpo técnico do SLU, à época. O indicador 784 manteve as metas estipuladas para o PPA 2012-2015.

Indicadores Ajustados na Avaliação do PPA**Indicadores**

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
						2012	2013	2014	2015	
783 Índice de tratamento de resíduos domiciliares e comerciais	%	13,2	28/02/2011	Anual	Desejado	14	16	10	10	SLU
					Alcançado	18,53	7,86	8,53	6,71	
786 Índice de participação da coleta seletiva em relação à coleta normal	%	1,9	28/02/2011	Anual	Desejado	4	6	8	12	SLU
					Alcançado	1,60	0,90	5,75	6,82	

Os indicadores de desempenho propostos, conforme fórmulas a seguir, estabeleceram metas para 2015, considerando a construção de Instalações de Recuperação de Resíduos e a implantação de Ecopontos, como também o aumento das quantidades de resíduos tratados, em relação aos resíduos coletados.

O atingimento dessas metas, contudo, foi prejudicado em função: a) da paralisação de obras face à avaliação da situação financeira e orçamentária do novo Governo, situação que perdurou durante todo o ano; b) do andamento dos processos de contratação; c) da indefinição de áreas aptas à instalação destes equipamentos públicos. Em razão disso, não houve execução orçamentária/financeira no Programa “Implantação de Ecopontos”.

O indicador 783 - “Índice de tratamento de resíduos domiciliares”, foi questionado pela Secretaria de Transparência e Controle – STC, quando não considerou os rejeitos do tratamento como parte integrante do tratamento, mas apenas o que havia sido realmente tratado ou aproveitado, ou seja, com produção de materiais recicláveis ou composto orgânico. Desta forma foi necessário alterar os índices anteriormente calculados/projetados, conforme fórmula a seguir:

$$I\ 783 = \frac{\text{Resíduos tratados em unidades operacionais do SLU (t)}}{\text{Resíduos domiciliares coletados (t)}} = \frac{60.401}{900.713} = 6,71\%$$

Dessa forma, o indicador atingiu o valor de 6,71%, situando-se abaixo das previsões oferecidas, de 10% no 4º ano (2015) do PPA 2012-2015.

Não houve interrupções expressivas no funcionamento das linhas de produção das usinas, apesar da Usina da Asa Sul necessitar de reparos, em virtude do sucateamento de duas das quatro linhas de produção existentes. E, devido às prioridades e dificuldades orçamentárias do Governo, e às adequações nos projetos executivos destas instalações, não se iniciou o tratamento de resíduos domiciliares nas Instalações de Recuperação de Resíduos previstas para entrar em operação.

A construção de Instalações de Recuperação de Resíduos – IRR (Centros de Triagem de Materiais Recicláveis – CTMR) teve início em meados de maio de 2014.

A IRR localizada na área da Usina de Tratamento de Lixo da Ceilândia está com toda a fundação e baldrame concluídos. Todavia, encontram-se paralisadas a fase de colocação dos pilares, vigas e lajes do galpão pré-moldado, e de construção dos acessos externos.

As IRR's localizadas na área da Usina da Asa Sul e na área do Núcleo Regional de Limpeza Norte tiveram suas obras paralisadas devido as obras paralisadas na fundação e na execução da rede de águas pluviais. Já a IRR localizada na área do Núcleo Regional de Limpeza do Gama ainda não teve suas obras iniciadas devido às condições do local escolhido. Esses atrasos se devem à necessidade de promover adequações necessárias nos projetos executivos.

Quanto às IRR's operadas pelas cooperativas de catadores situadas no SIA e no SCIA, foram elaborados projetos de reforma e ampliação dos postos de trabalho. A Novacap fará o acompanhamento da construção e reforma destas instalações.

Os registros fotográficos a seguir mostram a situação da Instalação de Recuperação de Resíduos da Ceilândia, que teve o maior avanço construtivo.

Foto 1 - Instalação de Recuperação de Resíduos da Usina do P- Sul**Foto 2 - Instalação de Recuperação de Resíduos da Usina do P- Sul**

O indicador I 784 – “Índice de redução de aterramento de resíduos domiciliares”, calculado conforme fórmula a seguir, atingiu o valor de 2,90%:

$$I\ 784 = \frac{\text{Resíduos domiciliares coletados} - \text{Resíduos domiciliares aterrados (t)}}{\text{Resíduos domiciliares coletados (t)}} = \frac{26.128}{900.713} = 2,90\%$$

O resultado ficou abaixo da previsão de 10% no 4º ano (2015). Dentre os resíduos aterrados constam nos relatórios operacionais resíduos não domiciliares, no caso gorduras (268,90 toneladas), animais mortos coletados em vias públicas (103,70 toneladas), lodos de esgoto provenientes das unidades de tratamento da Caesb (1.119,16 toneladas), resíduos de podagem (760,83 toneladas) e outros resíduos não coletados pelo SLU considerados “lixo extra” (10.378,35 toneladas), resíduos estes que foram excluídos do quantitativo de resíduos aterrados pelo SLU, para compor apenas os resíduos domiciliares aterrados.

O aumento da quantidade de convênios com as cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis com o SLU também permite melhor desempenho deste indicador, desde que locais apropriados ao desenvolvimento das atividades de triagem de materiais sejam criados/construídos.

O indicador I 786 – “Índice de participação da coleta seletiva em relação à coleta normal”, calculado conforme fórmula a seguir, atingiu o valor de 6,82%:

$$I\ 786 = \frac{\text{Resíduos coletados (coleta seletiva) (em t)}}{\text{Resíduos coletados (coleta normal) (em t)}} = \frac{57.496}{843.217} = 6,82\%$$

A expansão da coleta seletiva em todo o DF teve início em 17 de fevereiro de 2014. Os resíduos coletados são 100% encaminhados para as cooperativas do DF. A busca de melhoria significativa na qualidade dos resíduos recebidos tem sido estimulada por meio de campanha publicitária em rede de TV, rádios, em locais de grande circulação e de entrega de um milhão de panfletos porta a porta. No site do SLU é informado o dia e a hora da coleta seletiva a todos os bairros do DF.

O índice de 12% almejado no ano 2015 não foi alcançado pelas empresas contratadas, devido aos problemas de transição de Governo, às dificuldades impostas pela insuficiência financeira e orçamentária surgida, à paralisação da construção das Instalações de Recuperação de Resíduos, aos problemas atinentes à qualidade dos resíduos coletados pela coleta seletiva, devendo as campanhas educativas buscar o incentivo a estas iniciativas e atitudes, no caso, a segregação na fonte dos resíduos recicláveis.

A construção de Pontos de Entrega Voluntária – PEV's previstas para ocorrer no exercício 2016 contribuirá, também, para a melhoria deste indicador, devido ao aumento do quantitativo de resíduos recicláveis oriundos destes equipamentos.

No ano 2015, houve desistência de empresas contratadas para executar a coleta seletiva, por não atingir as metas estabelecidas na licitação, ou seja, a quantidade recolhida não atingiu os quantitativos previstos para recolhimento.

2. OUTRAS REALIZAÇÕES

PROGRAMA: 6006 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - MEIO AMBIENTE

Tabela 6: Execução Orçamentária e Financeira

AÇÃO/SUBTÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESA AUTORIZADA	EMPENHADO	LIQUIDADO
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	0	0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0	149.999	143.866	132.566
5182 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	0	149.999	143.866	132.566
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	0	134.449.827	134.448.137	134.448.137
8880 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	0	134.449.827	134.448.137	134.448.137
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	0	13.171.432	13.152.284	13.152.284
9686 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	0	13.171.432	13.152.284	13.152.284
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	0	362.960	354.639	313.829
8738 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	0	202.000	202.000	161.190
8739 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	0	160.960	152.639	152.639
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	0	4.878.510	4.824.863	4.491.704
9762 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	0	4.878.510	4.824.863	4.491.704
TOTAL DO PROGRAMA 6006	0	153.012.728	152.923.789	152.538.520

Os registros orçamentários e financeiros obedecem aos preceitos da Lei nº 4.320/64 e do Decreto nº 32.598/10. No orçamento aprovado para o exercício 2015 no montante de R\$ 527.400.704,00, 7,44% foram contingenciados por motivo de frustração na arrecadação financeira do GDF. Por meio de solicitação de crédito suplementar realizada no mês de dezembro, o SLU conseguiu fechar o atual exercício com os principais e maiores contratos com as prestadoras de serviços de limpeza pública em dia.

O SLU, ao final do mês de dezembro do exercício 2015, remunerou 1.638 servidores ativos, 155,94% a mais em relação ao final do ano 2014, face ao retorno da categoria de servidores do SLU à carreira original de gestão sustentável de resíduos sólidos, e assumindo também o ônus da cessão dos servidores a outros órgãos públicos do DF.

No exercício 2015, o SLU empregou o orçamento destinado à manutenção dos serviços administrativos gerais pagando despesas da Sede e dos Núcleos Regionais de Limpeza relativas a contas de água, luz e telefone, aluguel; condomínios; assinaturas de jornais; DODF; material de expediente; limpeza, copa e cozinha; material de construção; locação de máquinas de reprografia; manutenção de aparelhos; serviços de dedetização; pagamento de jetons de membros da junta de controle; pagamento de estagiários e dos servidores do Instituto, Cultural, Educacional e Profissionalizante de Pessoas com Deficiência do Brasil – ICEP; e aquisição de materiais permanentes: 01 Central telefônica completa, móveis para escritório, estação de trabalho e divisórias, carrinho de transporte de processos e balanças rodoviárias com 60 toneladas de capacidade.

A concessão de benefícios aos servidores do SLU acompanha o quantitativo de servidores do quadro permanente. Em dezembro do ano 2015, foram concedidos 2.368 benefícios (auxílio alimentação, auxílio transporte, auxílio creche, auxílio natalidade e auxílio funeral) frente a 759 benefícios concedidos em dezembro de 2014, ou seja, 211,99% a mais do que no mesmo mês do ano 2015.

Os recursos destinados à publicidade e propaganda institucional foram empregados na divulgação dos atos administrativos gerados no SLU e publicados regularmente no DODF. Nos casos dos processos licitatórios, no ano 2015, a publicação no DODF indicou o site do SLU para o detalhamento de informações referentes aos pregões eletrônicos, projetos básicos e outras informações. Houve acréscimo de 15,83% com gastos nesta rubrica, em relação ao ano 2014. As demandas de publicidade de utilidade pública do SLU foram realizadas pela autarquia, por meio de contrato com empresa afim, que

envolveram publicação de matérias em jornais de grande circulação, entre as quais avisos de licitação, avisos de pregão presencial e eletrônico, entre outras publicações.

Estão previstos investimentos para a área de modernização no ambiente tecnológico do SLU/DF. Com a implementação de novos softwares, a gestão da prestação dos serviços será automatizada desde o monitoramento da execução dos serviços até o seu efetivo pagamento, bem como no caso de eventuais penalidades na falta da execução ou parte dos serviços.

Para a execução destas ações, foi elaborado e publicado no DODF nº 60, de 25 de março de 2014 o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI do SLU/DF, que determina as ações nesta área para o biênio 2014/2015.

Considerando a situação atual do parque tecnológico do SLU, com deficiências na gestão e controle de serviços de forma automatizada, observa-se a seguinte situação no modelo de gestão do SLU/DF:

- ambiente de TI com estruturação básica, sem documentação ou padronização;
- escassa automação dos processos;
- sistemas com baixa integração, funcionando de forma isolada e não necessariamente alinhada aos objetivos da organização;
- alinhamento dos sistemas de recursos humanos a colaborações, aprendizado e mudança;
- relatórios gerenciais escassos ou inexistentes, com ausência definida de padrões ou formato;
- inexistência de histórico das informações e forma padronizada e automatizada.

Como área estratégica para o SLU/DF, evidencia-se que a execução do planejamento definido no PDTI auxiliará no alcance dos objetivos institucionais definidos no plano estratégico, quais sejam:

- buscar novas tecnologias na gestão dos resíduos sólidos, considerando sua viabilidade econômica;
- atingir excelência na gestão dos contratos de terceiros;
- buscar excelência no monitoramento dos serviços com práticas de melhoria contínua;
- desenvolver políticas internas de recursos humanos para motivar e valorizar os profissionais;
- fortalecer as práticas de comunicação interna e externa com foco nas diretrizes estratégicas;
- atualizar o parque computacional, infraestrutura e sistemas;
- buscar soluções de software livre ou público, com objetivo de redução de custos;
- manter histórico em backup's das informações;
- padronizar as informações em banco de dados corporativo, com maior confiabilidade nas informações.

O SLU desenvolve projetos no ambiente tecnológico, com destaque para as seguintes áreas: controle dos resíduos da construção civil despejados no Aterro do Jóquei por geradores particulares (atualmente apenas os serviços de coleta contratados pelo SLU são devidamente registrados e controlados); fiscalização da frota de coleta de resíduos e do serviço de varrição; organização do servidor de arquivos para futura migração de dados para rede melhor estruturada; migração de rede; desenvolvimento de sistema para lançamento de tickets de pesagem; sistema para controle de pessoas e veículos no aterro do Jóquei; implantação de e-mail corporativo para usuários cadastrados; conectividade entre a sede administrativa e os Núcleos Regionais de Limpeza e outras unidades operacionais (Usinas de Tratamento e Aterro); gestão eletrônica de documentos; solução para o ponto eletrônico dos servidores; aquisição de softwares para compras, patrimônio, gestão de recursos humanos, elaboração de orçamentos, planejamento e controle de obras.

No orçamento do SLU, as operações especiais envolveram gastos com a formação do patrimônio do servidor público - PASEP, execução de sentenças judiciais, com o pagamento de requisições de pequeno valor – RPV, e o pagamento de indenizações, requisição de servidores e licença-prêmio em pecúnia, totalizando o valor liquidado ao final do exercício em R\$ 9.052.799,29, 14.92% superior aos dispêndios do exercício 2014.

O SLU está em processo de mudança da sua sede administrativa em razão das insuficientes condições do imóvel alugado que está ocupando, mantendo-se o mesmo preço e condições do atual contrato, com mudança do 9º andar para o 6º andar do mesmo edifício, onde ocupará imóvel com condições melhoradas, principalmente quanto ao suporte na rede de tecnologia.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O SLU tem entre as suas atribuições a tarefa de promover e participar de projetos e programas de orientação e educação ambiental de acordo com as diretrizes nacionais e distritais (Decreto Distrital no 35.972/2014, art. 1º, inciso X). Nesse sentido, em 2015 foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Palestras de Educação Ambiental, Contação de Histórias e apresentações teatrais (Grupo Arte Seletiva) com enfoque em Resíduos Sólidos e Coleta Seletiva, ministradas em escolas e instituições públicas e privadas. Atendimento em unidades do SLU com visitas guiadas à Usina de Compostagem do P-Sul; ao Museu da Limpeza Urbana, em Ceilândia; e ao Aterro do Jôquei, na Cidade Estrutural.
- Adesão ao Programa da A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública): programa do Ministério do Meio Ambiente (MMA) que visa incluir a responsabilidade socioambiental nas atividades da Administração Pública.
- Programa “Brasília limpa – Sua atitude faz a diferença”: programa concebido para chamar a atenção da população para a temática da responsabilidade compartilhada na manutenção da limpeza urbana. A campanha contou com uma série de atividades e eventos públicos para a divulgação e participação dos cidadãos do DF como: 1ª corrida de Rua “O gari mais veloz de Brasília” (227 inscritos); “Flash Mob’s” na Rodoviária do Plano Piloto, Shopping Pátio Brasil, Torre de TV e Praça do Relógio em Taguatinga (o evento consistiu em deixar uma garrafa descartável jogada no chão próximo a uma lixeira. A primeira pessoa que passasse e jogasse o material no lixo era aplaudida por um grande grupo de pessoas); “SLU 24 horas fora do ar” – o SLU paralisou a varrição por 24 horas no centro de Taguatinga em uma campanha de conscientização mostrando à população a importância de sua colaboração. Foram recolhidas 9 toneladas de resíduos ao final da ação; “Transformação de Pontos Sujos em Locais de Convivência Comunitária” – promoção de mutirões em conjunto com a comunidade para transformação de locais usados como descarte irregular de lixo e entulho. Foram transformados 2 pontos: Santa Maria (jardim utilizando pneus velhos) e Estrutural (um beco foi revitalizado com a retirada de lixo, pavimentação, implantação de uma horta suspensa e grafites nos muros); e Participação no evento Virada do Cerrado, iniciativa da Secretaria de Meio Ambiente, com atividade de mobilização social e responsabilidade socioambiental em comemoração à Semana do Cerrado. A colaboração contou com atividades de teatro e contação de histórias no Parque de Águas Claras e na Feira de Troca no Polo Funarte.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de pessoas atendidas nessas ações:

Tabela 7 – Atividades de Educação e Mobilização Ambiental

Atividade	Nº de Ações	Pessoas Atendidas
Palestras	23	1292
Contação de histórias	9	308
Visitas ao Aterro Jôquei	9	251
Visitas ao Museu Usina PSul	6	169
Apresentações teatral	11	1125
Corrida	1	227
Flash Mobs	4	100*
SLU 24h fora do ar	1	40*
Transformação de Pontos Sujos	2	98
Virada do Cerrado	3	110
Total	69	3.720

*Foram contabilizados apenas os alunos que participaram diretamente da ação, mas as ações alcançaram todo o público que frequenta os espaços onde foram realizadas, além do público atingido pelas mídias espontâneas geradas.

Outras realizações são as participações conjuntas do SLU com outros órgãos da esfera do GDF na remoção de invasores de áreas públicas, na limpeza da Orla do Lago Paranoá e em mutirões. A participação envolve a remoção de entulhos decorrentes da derrubada de barracos e a limpeza da área invadida, no 1º caso, como também o recolhimento de detritos diversos às margens do Lago Paranoá e nas Regiões Administrativas.

Tais atividades ocorrem conforme a necessidade e o pedido de participação na ação conjunta, como a força-tarefa nas Regionais do DF para a limpeza e manutenção de serviços para desobstruir bocas de lobo, retirar entulhos das ruas e de áreas verdes, pintar meio fios, melhorar a iluminação pública, realizar a poda de árvores entre outras ações concentradas na Região Administrativa.

Na retirada de invasões, participam da operação a Agefis, Polícia Militar, SLU (Serviço de Limpeza Urbana), CEB (Companhia Energética de Brasília), SPU (Secretaria de Patrimônio da União), TERRACAP (Agência de Desenvolvimento do DF) e Caesb (Companhia de Saneamento Ambiental do DF).

O consórcio é responsável pela gestão associada dos serviços públicos de resíduos sólidos e de águas pluviais do DF e de outros 20 municípios que integram o Corsap. São eles: Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás, Vila Boa e Vila Propício.

A Capital Brasília, face seu desenvolvimento social e econômico observado nos últimos anos, não acompanhou as mudanças no que se referia à coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos. O SLU passou por sucateamento e dificuldades no controle dos serviços prestados, constatada por trabalho de consultoria, além de auditorias da Secretaria de Transparência e Controle. Foi então apresentada uma proposta de modelo de gestão para adaptar a Autarquia SLU às mudanças, passando de executor de serviços para gestor de política de resíduos sólidos. O GDF, em 27 de dezembro de 2013, acatou a proposta e publicou a Lei nº 5.275, que deu nova estrutura administrativa e organizacional ao SLU, e a Lei nº 5.276, que reestruturou a carreira dos servidores do SLU. Posteriormente, no início do ano 2015, o Governo do Distrito Federal publicou o Decreto 36.308/2015, de 26/01/2015, determinando o retorno dos servidores do SLU à carreira Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos de que trata a Lei nº 4.492/10, em cumprimento à ADIN nº 2014.00.2.004230-4, que julgou inconstitucional o texto integral da Lei 5.276/2013, gerando insatisfação aos servidores, visto a consequente redução salarial e perdas de direitos precariamente conquistados.

Estima-se que 96% da população do Distrito Federal seja atendida com serviço de coleta. No exercício 2015 houve a prestação de serviços de manutenção das atividades de limpeza pública, divididos em 3 lotes de serviços, conforme as Regiões Administrativas e localidades onde foram realizados os serviços. Trata-se de contratos com rotinas fixadas e trechos predeterminados controlados por encarregados e chefes dos Núcleos Regionais de Limpeza do SLU. Com a fiscalização executada por servidores do SLU, os planos de coleta e de varrição aprovados pelos setores operacionais do SLU foram praticados com a frequência preestabelecida, buscando-se os ajustes nos custos contratuais quando, eventualmente, ocorreram problemas operacionais. A figura abaixo ilustra aproximadamente a área de abrangência dos lotes de serviços.

[illegible]

Além dos 3 lotes de serviços citados, o SLU recorreu a outros contratos de serviços de limpeza pública, um para a coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos infectantes de estabelecimentos públicos de serviços de saúde, outro para a operação do Aterro do Jóquei, além dos 4 contratos para a execução da coleta seletiva.

Todos os contratos citados sofreram reajustamento de preços, por meio da repactuação, com aumentos a partir de 1º de maio face à convenção coletiva do sindicato representativo da classe de trabalhadores. Posteriormente, a partir de 1º de julho, nova repactuação dos contratos foi calculada, com base no aumento de outros itens dos serviços contratados, como os combustíveis, equipamentos e utensílios, entre outros.

Quanto ao contrato relativo ao lote 3 da coleta seletiva, a empresa alegou falta de qualidade e quantidade nos resíduos e solicitou seu cancelamento. Algumas regiões deste lote foram absorvidas por outros lotes, e outras regiões ficaram sem este serviço.

A etapa/subtítulo “Manutenção das Atividades de Limpeza Pública” é a que envolve os maiores dispêndios de recursos alocados, devido ao pagamento das empresas terceirizadas que prestam serviços de limpeza e manejo dos resíduos sólidos urbanos ao SLU, incluindo a coleta dos resíduos domiciliares e comerciais, coleta de entulhos diversos, coleta dos resíduos dos estabelecimentos públicos de serviços de saúde, coleta seletiva, varrição manual e mecanizada de vias e logradouros, operação das unidades de tratamento de resíduos, operação do aterro do Jóquei, coleta de animais mortos em vias públicas, operação da unidade de compostagem da Usina do P-Sul de Ceilândia, transferência e transbordo de resíduos, lavagem de vias, lavagem de monumentos públicos, pintura de meios-fios, catação de resíduos dispersos em áreas verdes, e execução de serviços diversos de limpeza pública. Em 2015, 66,34% do valor liquidado no orçamento do SLU foi utilizado para o pagamento dos contratos inseridos neste programa de trabalho.

Devido ao encerramento dos contratos de prestação dos serviços de limpeza pública, previstos para abril e junho do ano 2015, foi publicado no DODF nº 274, de 31/12/2014, o Aviso da Licitação da Concorrência Pública nº 01/2014, que tem como objeto a contratação de empresa(s) especializada(s) em serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos orgânicos e recicláveis nas áreas urbanas e rurais do DF, serviços de varrição de vias e logradouros (manual, mecanizado e de grandes áreas) e serviços complementares (limpeza e lavagem de vias, monumentos e bens públicos, pintura e frisação de meio-fio, catação de materiais recicláveis e remoção de animais mortos) distribuídos em 4 (quatro) lotes distintos. Contudo, no início do ano, esta Concorrência foi anulada, adotando-se a prorrogação, por contrato emergencial, para os serviços de limpeza relativos ao lote 2, e prorrogação para os lotes 1 e 3.

Foram instaladas balanças rodoviárias nos Núcleos Regionais de Limpeza de Sobradinho e do Gama, como também no Aterro do Jóquei, descongestionando o tráfego de caminhões, e facilitando o controle da pesagem de resíduos transportados. Novas balanças rodoviárias com as respectivas impressoras de aferição de pesagem serão instaladas no novo Aterro Sanitário de Samambaia, em construção, como também no Núcleo Regional de Limpeza de Brazlândia – NUBRA. E outras duas balanças rodoviárias serão instaladas no Aterro Controlado do Jóquei, visando o controle dos resíduos da construção civil transportados e despejados por particulares, de forma a ser cobrada a destinação destes resíduos. Concomitantemente, a fiscalização pelo despejo clandestino de entulhos em áreas públicas será intensificada, com apoio da Agefis.

O Conselho de Administração do Fundo Único do Meio Ambiente do DF propôs a Resolução nº 2, de 03 de novembro de 2014, publicada no DODF nº 251, de 01/12/2014, que aprovou o apoio financeiro ao Projeto denominado “Regularização urbanística de áreas para a criação de unidades imobiliárias destinadas a recebimento, triagem e reciclagem de resíduos de construção e demolição civil – ATTR”. Com a criação destas unidades, a população do DF terá local apropriado a dar destinação final aos resíduos da construção civil, impedindo a poluição de áreas ambientais preservadas.

As etapas/Subtítulos “Construção de Unidades de Transbordo”, “Recuperação das Usinas de Tratamento”, “Encerramento e recuperação do Aterro do Jóquei”, “Implantação de Ecopontos”, “Construção de áreas de transbordo e triagem – ATT’s” e “Recuperação ambiental da área da Usina de Incineração e Lixo Especial – Ceilândia” não tiveram execução financeira, em que pese os trâmites processuais realizados nos programas previstos. O estabelecimento de teto orçamentário, insuficiente para atender o valor previsto nos projetos, a indefinição sobre as áreas para instalação de equipamentos públicos, os diversos questionamentos sobre as planilhas orçamentárias nos projetos básicos das licitações pelos Órgãos de controle externo e interno, os recursos interpostos pelas empresas participantes dos certames licitatórios, são entraves para um melhor desenvolvimento dos projetos propostos pela Direção do SLU.

O encerramento e recuperação do aterro do Jóquei está condicionado à construção do Aterro Sanitário Oeste. A Concorrência nº 01/2013 – CPL/SLU, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de implantação, operação e manutenção do Aterro Sanitário Oeste, localizado na Região Administrativa de Samambaia, já foi homologada para a empresa vencedora. O contrato já foi assinado e a empresa está desenvolvendo os trabalhos preparativos para início de operação do Aterro Oeste.

O futuro Aterro Sanitário do Distrito Federal, denominado Aterro Sanitário Oeste (ASO), localizado entre as regiões administrativas de Samambaia e de Ceilândia, foi projetado em 2012. O projeto foi contratado pelo Programa Brasília Sustentável, vinculado à Agência Reguladora de Águas e Energia do Distrito Federal – Adasa.

A extensão total prevista para o aterro é de aproximadamente 760.000 m² (76 ha), sendo que a área de interferência para implantação do ASO é de aproximadamente 490.000 m² (49 ha). Esse espaço contempla áreas para

disposição de rejeitos, 320.000 m² (32 ha); apoio administrativo e operacional; poço de recalque de chorume para a Estação de Tratamento de Esgoto Melchior, operada pela Caesb; e a área para disposição emergencial de resíduos de serviços de saúde. Adjacente ao ASO existe uma gleba prevista para a ampliação do aterro. Essa gleba tem aproximadamente 600.000 m² (60 ha). Com essas duas glebas, a dimensão total do Aterro Sanitário Oeste passa a ser de aproximadamente 1.360.000 m² (136 ha).

O projeto prevê a segmentação da disposição de rejeitos no Aterro Oeste em quatro etapas. A tabela abaixo sistematiza a área de cada etapa, sua capacidade de recebimento de rejeitos e sua vida útil estimada.

Tabela 8 - Etapas da construção do Aterro Sanitário Oeste no Distrito Federal

Etapa	Área (m ²)	Capacidade (T)	Vida útil (anos)
Etapa 1	110.000	1.872.000	3,1
Etapa 2	122.000	1.990.000	3,2
Etapa 3	88.000	1.596.000	2,6
Etapa 4 – Coroamento	-	2.672.000	4,4
Total	320.000	8.130.000	13,3

Para a execução do projeto das unidades de apoio operacional e administrativo, bem como das obras de urbanização da área do Aterro Sanitário Oeste - ASO, foram celebrados convênios com a Novacap e com a Caesb. As tabelas abaixo resumem as informações sobre os convênios celebrados:

Tabela 9 - Informações gerais sobre os convênios celebrados

Convênio	Partes	Valor (R\$)	Data de celebração	Vigência
001/2012	SLU/NOVACAP	5.599.164,82	31/12/2012	30/12/2016
002/2012	SLU/CAESB	408.636,89	14/12/2012	14/12/2013
003/2012	SLU/NOVACAP	16.776.248,02	12/12/2012	31/12/2016
001/2013	SLU/NOVACAP	4.347.725,86	12/07/2013	11/07/2015
Total (R\$)		27.131.775,59		

Tabela 10 - Objeto dos convênios

Convênio	Objeto
001/2012	Cercamento, portões de acesso, barreira vegetal, drenagem pluvial, vias de acesso e retorno no acesso na DF 180.
002/2012	Projeto executivo da estação elevatória e linha de recalque e estação de pré-tratamento de chorume.
003/2012	Sistema viário interno, drenagem de águas pluviais e projetos executivos das edificações de unidades administrativas.
001/2013	Execução das edificações (prédio administrativo, prédio de apoio/administração, balança, portaria, guarita, oficina e estacionamento das edificações).

A Licença de Instalação nº 13/2013 do Aterro Sanitário Oeste - ASO, bem como a Licença de Supressão da Vegetação – ASV nº 71/2013 foram solicitadas ao IBRAM. Em outubro do ano 2015 foi contratada empresa para a fiscalização e supervisão da Fase I da construção do ASO.

Segue abaixo informações detalhadas sobre a execução financeira das obras do Aterro Sanitário Oeste – ASO:

Tabela 11 – Execução Financeira no ASO

Obras	Valor orçado (R\$)	Valor executado (R\$)
Acesso, cercamento e barreira vegetal	3.225.141,90	809.415,58
Sistema viário interno e drenagem de águas pluviais	15.584.327,67	14.337.581,46

Obras	Valor orçado (R\$)	Valor executado (R\$)
Execução das edificações	4.176.525,99	-
Linha de recalque para chorume	3.100.000	-
Balanças rodoviárias	300.988,82	-
Total - Infraestrutura	26.386.984,38	15.146.997,04
Implantação da Etapa 1 do Aterro	4.220.794	3.418.843
Fiscalização das obras da Etapa 1	323.980	171.407
Total - Aterro Oeste	30.931.758,38	18.737.247,20
Total executado (R\$) 18.737.247,20		
Percentual executado 61%		

Os registros fotográficos a seguir mostram a situação do Aterro Sanitário Oeste.

Foto 1: Placa de identificação da obra.



Foto 2: Imagem de satélite do local.



Foto 3: Construção das vias internas de acesso.



Foto 4: Construção da drenagem pluvial.



Foto 5: Colocação da geomembrana PEAD texturizada.



As atividades operacionais executadas pelo SLU, em sua maioria por meio dos contratos de terceirização com empresas de prestação de serviços de limpeza pública, tiveram o seguinte desempenho, conforme quadro a seguir.

Tabela 12: Série Histórica dos Quantitativos Alcançados na Execução dos Serviços

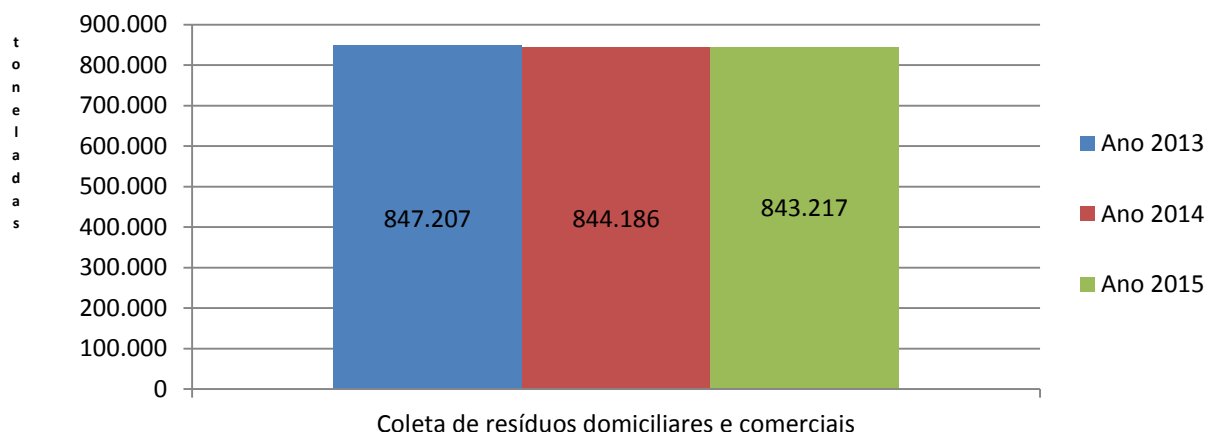
Atividade	Unidade	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Comparação 2015/2014 %
Coleta dos resíduos domiciliares e comerciais	T	847.207	844.186	843.217	- 0,11%
Coleta, tratamento e destinação dos resíduos de serviços de saúde	T	3.150	2.800	2.466	- 11,93%
Coleta dos resíduos de remoção (coleta corretiva)	T	985.337	741.750	706.855	- 4,70%
Varrição manual de vias e logradouros públicos	Km	1.164.043	1.324.175	1.345.889	1,64%
Varrição mecânica de vias e logradouros públicos	Km	31.230	34.741	25.539	- 26,49%
Pintura de meios-fios	Km	8.735	8.159	4.237	- 48,07%
Lavagem abrigos de passageiros e passagem de pedestres	U	80.527	119.071	65.311	- 45,15%
Catação de resíduos	Ha	192.453	190.573	143.878	- 24,50%
Resíduos processados em usinas de tratamento	T	193.477	220.456	209.121	- 5,14%
Resíduos aterrados	T	822.438	856.571	887.220	3,58%
Coleta de animais mortos	U	4.530	4.481	2.952	- 34,12%
Coleta seletiva	T	7.377	48.586	57.496	18,34%

Coleta Convencional de Resíduos Domiciliares e Comerciais

A coleta de resíduos domiciliares e comerciais apresentou decréscimo de 0,11% em relação ao mesmo período do ano 2014, com média de 70.268,07 ton/mês, ou cerca de 934 gramas/habitante/dia, para uma população estimada em 2.883.559 habitantes (PDAD/IBGE – 2014). O decréscimo não foi significativo e é justificado pelos resíduos coletados no programa de coleta seletiva de materiais recicláveis, estendido para a maioria das regiões do DF.

O serviço está dividido em 3 lotes de atuação, conforme a região geográfica. Atualmente o Lote I compreende 50,36% da quantidade total coletada, o Lote II 31,61%, e o Lote III 18,03% da coleta total.

Gráfico 1: Coleta Convencional de resíduos domiciliares e comerciais

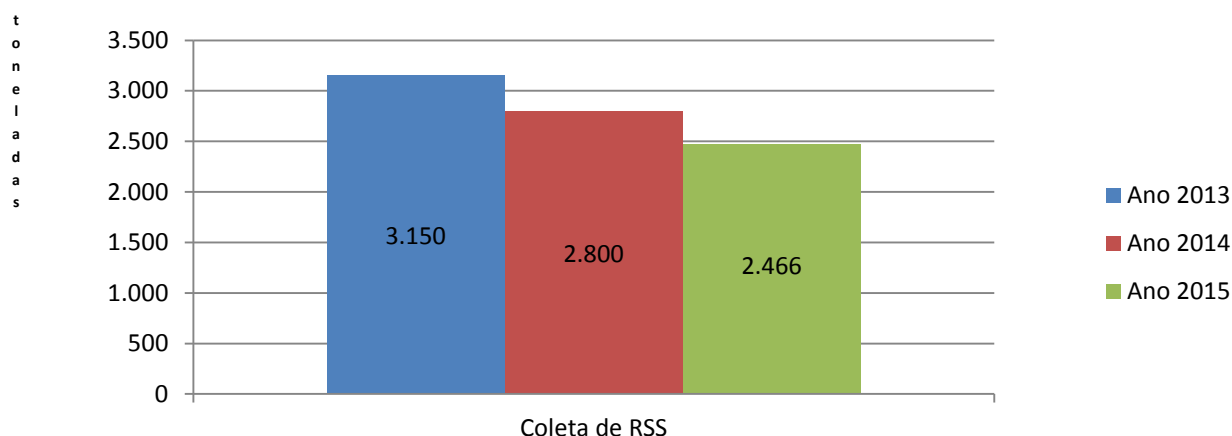


Coleta de Resíduos de Saúde da Rede Pública

A coleta de resíduos de serviços de saúde da rede pública apresentou resultado 11,93% inferior ao observado em 2014, com média de 205,49 t/mês, tendo em vista as orientações emanadas pela Secretaria de Saúde quanto à segregação dos resíduos infectantes gerados na rede pública de saúde, ajudando a reduzir os quantitativos coletados. Devido a parte dos resíduos serem também autoclavados, o contrato para coleta, transporte, tratamento e destinação de serviços de saúde envolve o tratamento tanto por autoclavagem como por incineração.

Há que se considerar que a greve dos servidores da saúde influenciou os quantitativos alcançados na coleta, pela prestação de atendimento à população, prioritariamente, em casos emergenciais.

Gráfico 2: Coleta de resíduos de saúde da rede pública

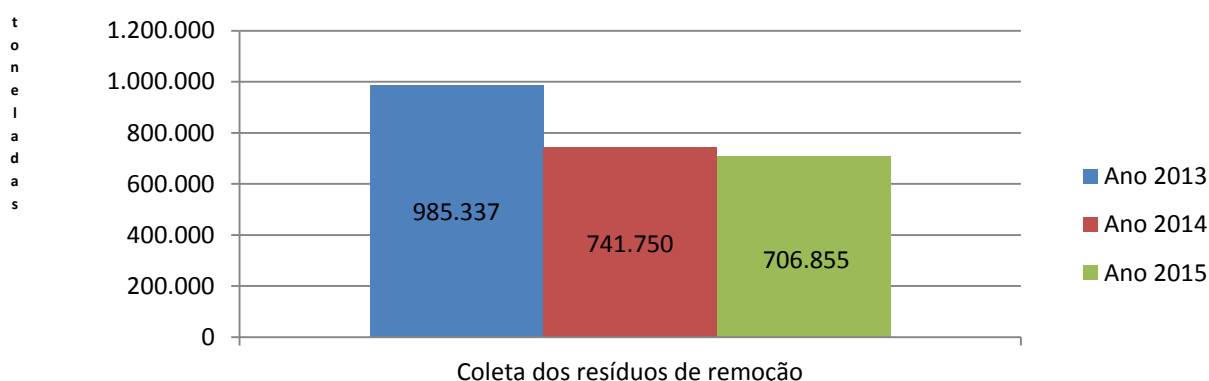


Coleta de Resíduos de Remoção

A coleta dos resíduos de remoção, aqui considerada como os resíduos depositados em áreas públicas contendo entulhos diversos, apresentou resultado 4,70% inferior em relação ao mesmo período do ano 2014. Foi realizado melhor controle dos quantitativos transportados, e os serviços de remoção de entulhos acompanhou a execução das forças-tarefas em cada Região Administrativa, abrangendo a realização de vários serviços públicos e participação das Administrações Regionais com recursos próprios na execução da remoção de entulhos.

No ano 2015, este serviço sofreu redução de execução para adequar à decisão do Governo de economizar recursos para pagamento de outras prioridades e pelo atendimento paralelo, por aproximadamente 2 meses, de contrato gerenciado pela Coordenadoria das Cidades

Gráfico 3: Coleta de resíduos de remoção



Varrição Manual e Mecanizada de Vias

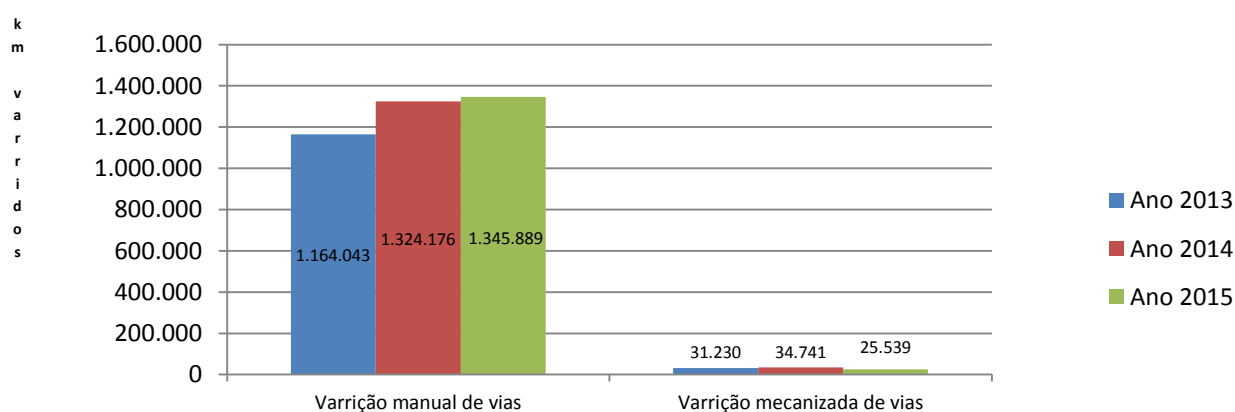
A varrição manual de vias e logradouros públicos apresentou resultado levemente superior ao obtido no mesmo período do ano 2014, de 1,64%. Novos locais foram agregados aos trechos de varrição.

A varrição manual é o serviço de limpeza que envolve os maiores gastos, devido ao maior contingente de funcionários para sua execução. Em 2015, 38,23% de todos os recursos utilizados para pagamento das empresas contratadas foi utilizado para pagamento da varrição manual.

A frequência de varrição é determinada conforme o trânsito de pessoas na localidade, variando de 2 vezes por semana a 2 vezes no mesmo dia. A colocação de lixeiras públicas contribui para a melhoria da limpeza no local e influencia a frequência da varrição, porém exige outros investimentos, tanto para a instalação das lixeiras como para a manutenção. O SLU não realiza a instalação de lixeiras públicas devido à iniciativa de outros órgãos do GDF, de forma pontual, em algumas localidades, e também pelo volume de recursos financeiros envolvidos.

A varrição mecanizada de vias e logradouros públicos, por sua vez, apresentou declínio nos quantitativos em comparação ao ano de 2014, de 26,49%. A utilização de varredoras mecânicas, já em adiantado uso em razão do final dos contratos de prestação, acarreta quebras excessivas, impedindo sequência normal destes serviços. A varrição mecanizada, nestas situações, é substituída pela varrição manual. O resultado alcançado foi influenciado pela não prestação do serviço relativo ao lote 1, sendo a empresa multada no decorrer do ano e o serviço normalizado nos últimos 4 meses do ano 2015.

Gráfico 4: Varrição manual e mecanizada de vias e logradouros públicos



Tratamento de Resíduos Sólidos nas Usinas

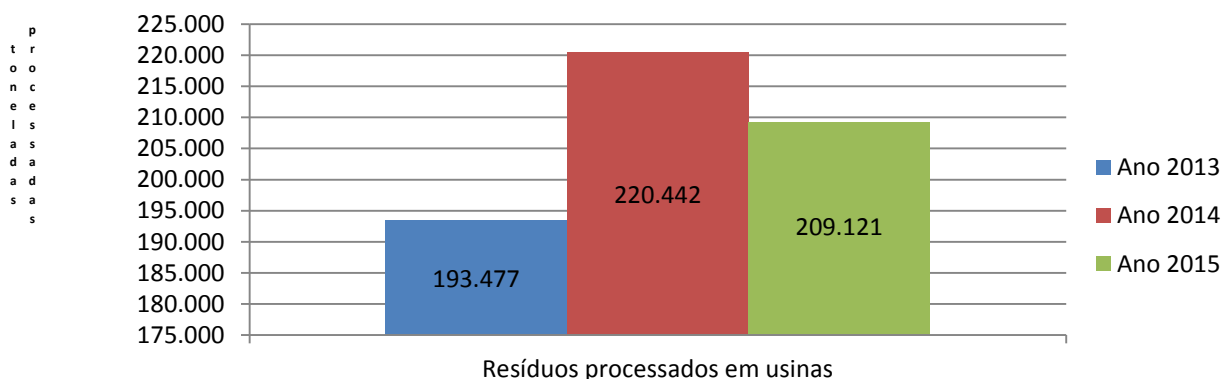
O processamento de resíduos nas usinas de tratamento operadas pelo SLU reduziu 5,14% em relação ao ano de 2014. A usina de tratamento da Asa Sul ficou paralisada nos 3 primeiros meses de 2015, contribuindo para o resultado observado.

A capacidade instalada e o tratamento de resíduos verificado estão no limite do atendimento. Com a expansão do programa de coleta seletiva, pretende-se encaminhar para as usinas de tratamento da Asa Sul e do Setor P-Sul, na Ceilândia, os resíduos orgânicos gerados pela população em maior proporção, aumentando a eficiência do tratamento com relação à produção de compostos orgânicos para comercialização e doação aos produtores rurais do DF e entorno.

A produção de recicláveis contabilizados nos relatórios das usinas de tratamento de resíduos do SLU e no Aterro do Jóquei somou 22.413,59 toneladas (plásticos, papel, papelão, sucata, alumínio e outros).

A produção de composto orgânico oriunda das usinas de tratamento da Asa Sul e da Ceilândia atingiu o quantitativo de 37.987 toneladas de janeiro a dezembro de 2015, 29,72% inferior ao registrado no ano 2014.

O mercado de resíduos recicláveis no DF contribui para estimular o trabalho executado pelos catadores de materiais recicláveis, que vem ocorrendo em algumas unidades operacionais do SLU, como nas duas unidades de tratamento (UCTL e UTL) e nos Núcleos Regionais onde ocorre a operação de transbordo de resíduos (Gama, Sobradinho, Asa Norte e Brazlândia).

Gráfico 5: Resíduos processados em usinas operadas pelo SLU

Disposição Final de Resíduos

O Aterro Controlado do Jóquei tem sido utilizado como área para a disposição final dos resíduos no solo desde a década de 60 e recebe atualmente 100% do lixo coletado no Distrito Federal, aproximadamente 2.800 t/dia de resíduos sólidos urbanos – RSUs e cerca de 6.000 toneladas/dia de resíduos da construção e da demolição, além de resíduos volumosos, podas e galhadas. Excetuam-se os resíduos dos serviços de saúde, eletroeletrônicos e pneumáticos. Em 2015 o aterro controlado do Jóquei recebeu cerca de 875.000 toneladas de resíduos domiciliares, das 887.200 toneladas pagas sob contrato.

Houve acréscimo (3,58%) das quantidades aterradas de resíduos. Os quantitativos pagos envolvem outros tipos de resíduos como lodos de esgoto provenientes da Caesb, gorduras, resíduos com características domiciliares coletados por terceiros, animais mortos coletados em vias públicas e resíduos de podas e galhadas provenientes da Novacap.

O encerramento das atividades de aterramento no Aterro do Jóquei, e início de operação do novo aterro sanitário, localizado na Região Administrativa de Samambaia estava previsto para meados do ano 2014, prazo que foi estendido para junho de 2016.

Ocupando uma área de cerca de 200 hectares, limítrofe à área do Parque Nacional de Brasília, o antigo lixão tornou-se um grande foco de degradação ambiental e um centro de conflito social motivado pela ocupação no seu entorno por moradias precárias habitadas por catadores de materiais recicláveis, pessoas sem residência e invasores. Ali ocorrem situações equiparadas às piores condições de trabalho, com riscos constantes de acidentes, num caso de desrespeito à dignidade humana. São inúmeros registros fotográficos, relatórios e filmagens retratando a situação degradante do trabalho ali realizado.

São ainda diversos os planos elaborados, em especial ao longo das duas últimas décadas, para o fechamento do aterro do Jóquei. Devido ao contingente de catadores nas frentes de aterro, ocorrem freqüentes paralisações pelos catadores, para permitir que ocorra o serviço de catação de materiais recicláveis, originando sobrecargas nos locais de armazenamento temporário (transbordos).

A entrada de alimentos vencidos originadas de redes de supermercados foi proibida no Aterro do Jóquei, evitando o consumo indevido, como também, sua comercialização.

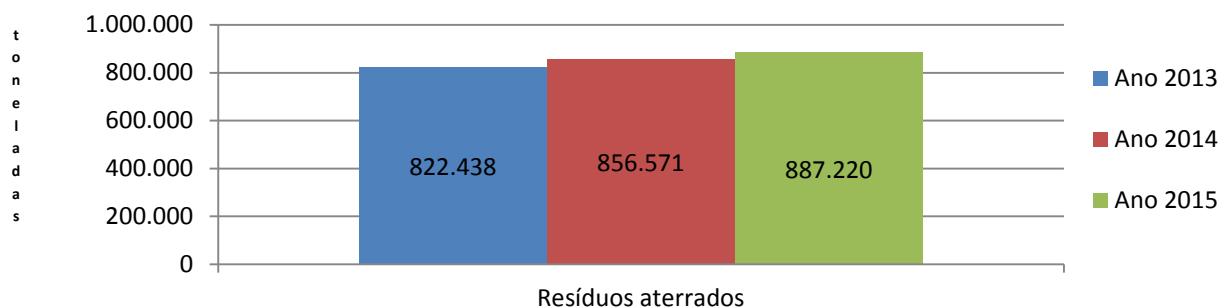
Não obstante os esforços para o fechamento do Aterro do Jóquei, o SLU pretende utilizar a área apenas para a recepção, triagem e reciclagem de resíduos da construção civil, e contratou empresa para a instalação de 2 balanças rodoviárias no local para o controle e cobrança dos resíduos depositados por particulares.

O licenciamento ambiental do Lixão do Jóquei foi solicitado à antiga Semarh sob o número: 191.000.906/1992.

No ano 2015, foi criado Grupo de Trabalho para elaborar o Plano de Intervenção no Aterro do Jóquei, devido às diversas irregularidades ali encontradas. Devido à amplitude dos problemas, há a necessidade de seu enfrentamento por um conjunto de ações sob a responsabilidade de diversas instituições governamentais. Dentre as ações que realizadas em 2015 e que fizeram o antigo lixão passar a ser um aterro controlado temos: policiamento ostensivo e mais freqüente dentro e nas imediações do aterro, visando assegurar a ação de servidores e da direção do SLU e das empresas contratadas na realização de suas atividades; cercamento de toda a área; reforma das balanças para controle e pesagem de resíduos; proibição de receber alimentos vencidos e vencidos; recuperação da posse do poço artesiano; retomada e recuperação dos equipamentos de recebimento e trituração e uso do entulho de construção civil para melhoria e abertura de acessos internos; acesso e controle de pessoas e veículos apenas pelas duas portarias existentes; e abertura de fosso profundo em torno do aterro. O acompanhamento das ações previstas no Plano de intervenção está em andamento.

Em decorrência do Decreto nº 36.757/15, foi reduzido o quantitativo de postos de fiscais de piso, e priorizado o controle de portarias e do acesso de pessoas no local.

Gráfico 6: Resíduos aterrados no Aterro do Jóquei



Serviços Complementares

A execução de serviços complementares de limpeza pública apresentaram resultados inferiores aos verificados no mesmo período do ano 2014, no caso, a lavagem de abrigo de passageiros e passagem de pedestres (45,15%), a remoção de animais mortos em vias públicas (34,12%), a catação de papéis em áreas verdes (24,50%) e a pintura de meios-fios (48,07%). Estes serviços realçam a limpeza pública e são essenciais para evitar a poluição visual causada pelos detritos espalhados em áreas verdes, como também na melhor condição de dirigibilidade de veículos.

Gráfico 7: Coleta de animais mortos e lavagem de abrigos e passagem de pedestres

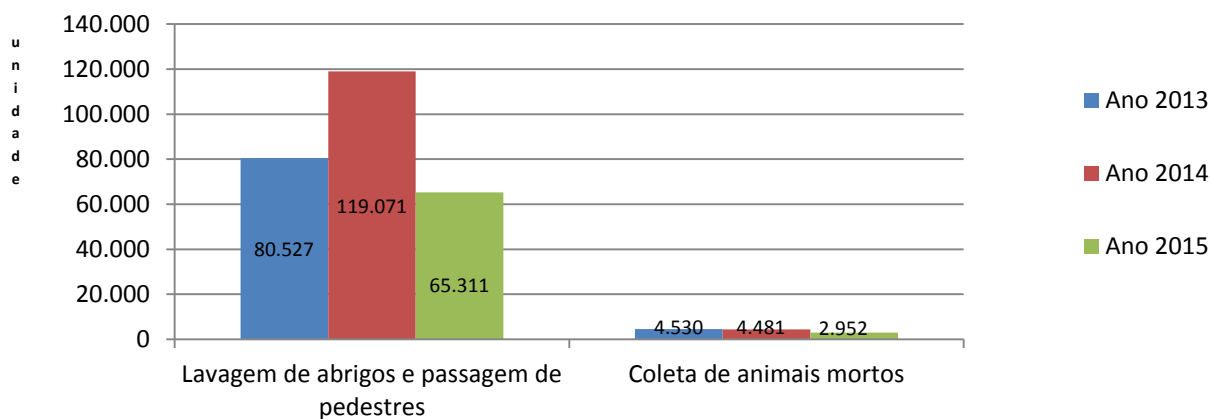
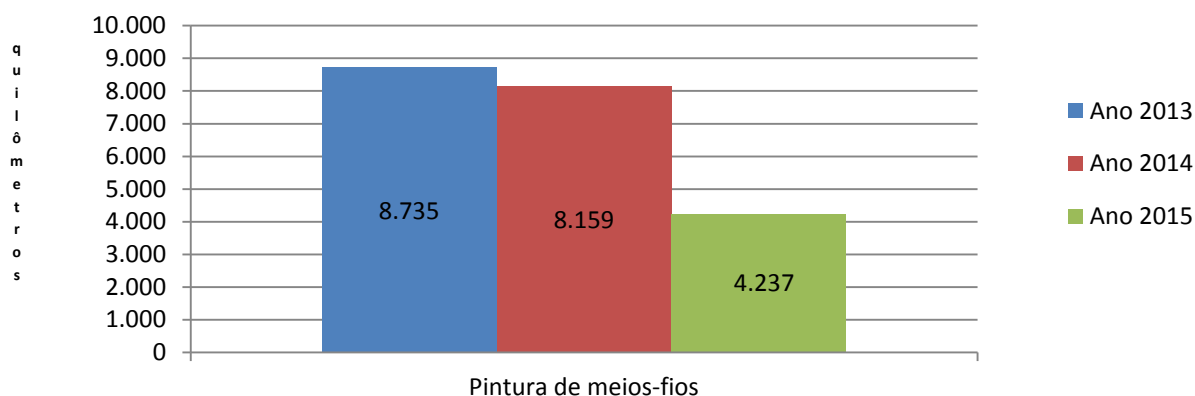
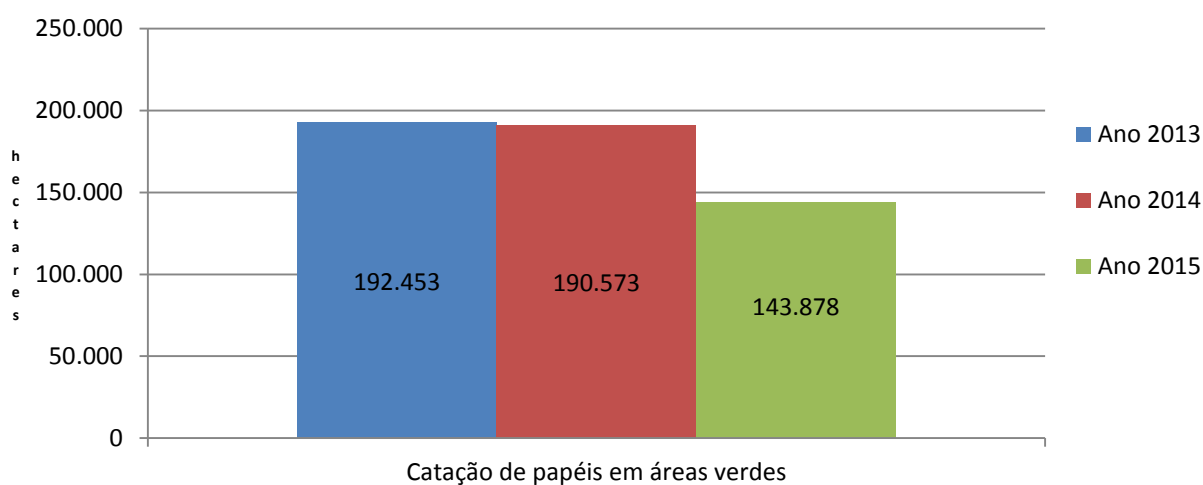


Gráfico 8: Pintura de meios fios**Gráfico 9: Catação de papéis em áreas verdes**

Estes serviços são medidos pelo fornecimento de equipes de trabalho. Em relação a 2014, o quantitativo de equipes contratadas apresentou o seguinte resultado, conforme tabela:

Tabela 13: Quantitativo de equipes contratadas

Serviço	Unidade	Ano 2014	Ano 2015	Comparativo 2014/2015
Lavagem e vias	Equipe	103,80	80,24	- 22,70%
Lavagem de monumentos	Equipe	44,20	36,01	- 18,53%
Catação de papéis	Equipe	372,83	288,11	- 22,72%
Pintura de meios-fios	Equipe	71,02	37,11	- 47,75%
Serviços diversos	Equipe	527,27	391,89	- 25, 68%

Coleta Seletiva

A coleta seletiva de materiais recicláveis, que antes era executada pelo SLU a título de projeto piloto em algumas localidades, passou a ser executada por empresas contratadas pelo SLU em todo o Distrito Federal.

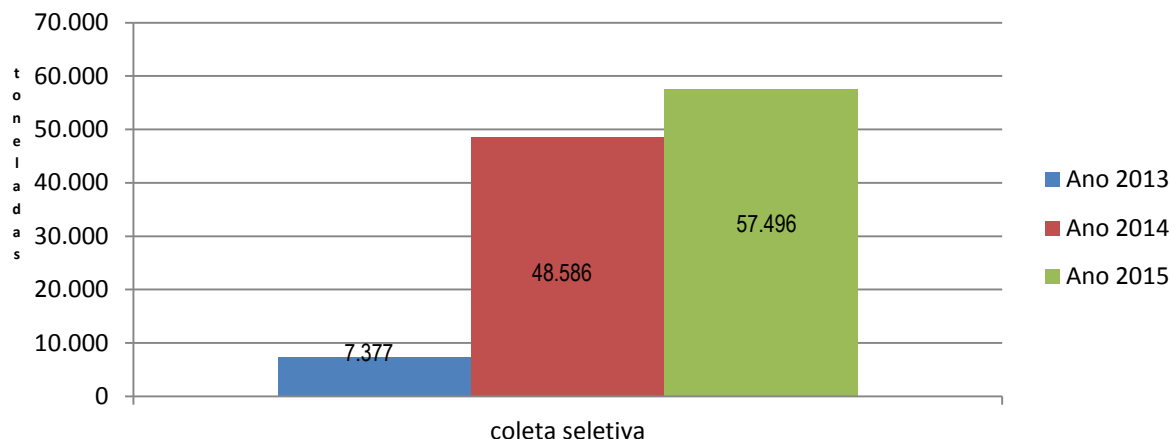
Devido à qualidade ruim do material coletado e o alto índice de rejeitos gerados, houve desinteresse de algumas empresas contratadas na continuidade da prestação do serviço, alegando alto custo e baixa eficiência econômica. O SLU optou pela suspensão da coleta seletiva em algumas Regiões Administrativas, entre as quais Planaltina, Paranoá, Itapoã, São

Sebastião, Fercal e na área rural (desde março de 2015), bem como no Park Way (exceto quadras 3, 4 e 5), Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Gama, Samambaia, Santa Maria, Recanto das Emas, Riacho Fundo 1 e Riacho Fundo 2 (desde 13 de dezembro de 2015).

O SLU espera a adesão ao Programa de Coleta Seletiva por meio do encaminhamento de resíduos recicláveis aos Pontos de Entrega Voluntária – PEV. Foram visitadas as 31 Regiões Administrativas e identificados 58 locais que estão em análises junto à Terracap e junto à Secretaria de Gestão do Território e Habitação – SEGETH.

No ano de 2015, a coleta seletiva apresentou acréscimo de 18,34% nos quantitativos recolhidos, incremento justificado pela conscientização da população em separar os resíduos gerados.

Gráfico 10: Coleta Seletiva



Outras Informações

A Ouvidoria do SLU é regida pela Lei Distrital nº 4.896/12 e regulamentada pelo Decreto nº 36.462/15, tendo como principal papel receber as manifestações internas e externas (solicitação, reclamação, sugestão, denúncia, elogio ou informação) e encaminhá-las aos setores responsáveis para esclarecimento e/ou solução.

A Ouvidoria do SLU utiliza dois sistemas via web: O Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - e-Sic, e o Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública - TAG. Em 2015 foram registrados 46 pedidos de informações ao SLU via e-Sic (aumento de 254% em relação ao ano de 2014) e 3.325 manifestações ao SLU via TAG (redução de 13% em relação ao ano de 2015).

Alguns fatores explicam o aumento das demandas à Ouvidoria, quais sejam: O programa “De olho na coleta”, a suspensão da coleta seletiva em algumas Regiões Administrativas de Brasília, problemas com equipamentos/contratos nas Administrações Regionais, acúmulo de podas e galhadas no pátio da Novacap (nestes dois últimos casos transferindo pedidos de solução ao SLU), como também picos de manifestações nas duas greves dos garis e nos fechamentos dos acessos do aterro controlado do Jóquei provocados por catadores.

O Decreto nº 33.445, de 23 de dezembro de 2011, que aprova o Plano de Intervenção Técnico Político de Gestão dos Resíduos Sólidos no Distrito Federal, e que foi publicado no DODF ao final do exercício 2011, estabelece as ações de curto, médio e longo prazo a serem implantadas no âmbito do DF e entorno.

O DF conta, atualmente, com 5 unidades de tratamento e destinação: o aterro do Jóquei, a Usina de Tratamento da L4 Sul - UTL, a Usina de Tratamento do setor P-Sul na Ceilândia – UCTL, a contratação de empresa particular e terceirizada que faz a coleta, o transporte, o tratamento e a destinação final incineração dos resíduos infectantes de serviços de estabelecimentos públicos de saúde, e a coleta seletiva de materiais recicláveis e seu encaminhamento para as cooperativas de triagem de materiais recicláveis, que contribuem para a diminuição de resíduos a serem aterrados, além da produção de composto orgânico destinado à agricultura.

Com a aprovação do Plano de Intervenção, o GDF propôs a implantação de um novo Sistema de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos no DF, de forma a potencializar a redução, reutilização e a reciclagem; a inclusão social e produtiva dos catadores de materiais recicláveis; a compostagem e a valorização energética dos rejeitos oriundos dos processos de triagem; a disposição final em aterros sanitários como último recurso; e a regulação técnica e econômica dos prestadores de serviços públicos de limpeza com manejo de resíduos sólidos urbanos.

O Plano de Intervenção envolve reestruturação da infraestrutura de coleta, tratamento e destinação final nos seguintes campos de ação: Aterro Oeste; Instalações de recuperação de resíduos, Áreas de Transbordo, Triagem e Reciclagem de Resíduos da Construção e Demolição – RCD – ATTR; Programa de Coleta Seletiva; EcoPontos; Postos de Entrega Voluntária; Unidades de Tratamento de Resíduos; Remediação do Aterro da Estrutural e Polo de Reciclagem.

A ADASA, em parceria com o SLU, contratou 4 consultores para elaboração de estudos que irão contribuir para a gestão dos resíduos no DF, quais sejam: 1) Consultor Jurídico para análise do marco legal, levantamento de necessidades de mudança nos instrumentos jurídicos; elaboração de parecer e instrumentos jurídicos para contratação da disposição dos resíduos sólidos urbanos em Planaltina de Goiás – GO; e elaboração de instrumentos jurídicos para consecução de nova rota tecnológica no manejo de resíduos no DF. 2) Consultor Econômico para elaborar diagnóstico institucional e financeiro econômico do SLU; metodologia para cobrança de preços públicos; formação de custos para a contratação de catadores para serviços de triagem; metodologia para a cobrança da Taxa de Limpeza Pública – TLP; e instrumentos econômicos e modelo para a consecução da nova rota tecnológica do manejo dos resíduos sólidos domiciliares no DF. 3) Consultor de Engenharia para elaboração do diagnóstico da coleta seletiva; definição de modelo para o Plano de coleta seletiva. 4) Consultor de Engenharia para elaboração do diagnóstico da coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos urbanos e nova rota tecnológica para o manejo dos resíduos sólidos urbanos no DF.

Tendo em vista a necessidade de elaborar o Plano Distrital de Saneamento Básico e o Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, conforme preconiza a Lei 11.445/2007 e a Lei nº 12.305/2010, o GDF criou por meio da Portaria Conjunta nº 9, de 19 de junho de 2015, do Secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos e Secretário de Meio Ambiente e pelo Presidente da ADASA a Comissão Técnica dos Planos Distritais de Saneamento Básico – PDSB e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PDGIRS. A Comissão é composta pelo SLU, SINESP, SEMA, CAESB, NOVACAP e ADASA.

Já foi elaborado pela Comissão o Termo de Referência para contratação dos Planos no 1º trimestre do ano 2016. Os Planos definirão o diagnóstico da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos no DF, bem como o prognóstico, as ações, projetos e programas para os próximos 20 anos.